

CONCERTO PARA NENHUMA VOZ ? ARTE E ESTÉTICA NO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Diego Santos Vieira de Jesus²⁰

Claudio Andrés Téllez²¹

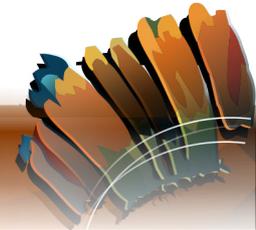
RESUMO

O objetivo é examinar os fatores que levaram à marginalização do estudo da estética na área de Relações Internacionais antes da década de 2000 e as contribuições que a “virada estética” pode trazer a um novo entendimento sobre as relações internacionais contemporâneas. O argumento central indica que os empreendimentos teórico-analíticos do mainstream da área de Relações Internacionais foram desenvolvidos com base em uma forma mimética de representação, na qual a representação da política internacional foi tida como um processo de replicação que idealmente apagou os traços de interferência humana e haveria uma perfeita semelhança entre significante e significado. Em face disso, a chegada da estética nos estudos de Relações Internacionais promove mudanças na sensibilidade por meio de abstrações e de figurações e desafia a construção do “senso comum”. Expressa-se uma relação estética não somente com um objeto específico, mas com a “história de seu efeito” por meio da sensibilidade e da imaginação, e se reorienta o pensamento humano: a estética gera fluxos produtivos entre sensibilidade, razão, memória e imaginação e traz insights alternativos que dão voz e destaque a perspectivas e atores marginalizados nas abordagens dominantes e à natureza e às conseqüências emocionais dos eventos político-sociais mundiais.

Palavras-chave: Arte; Estética, Relações Internacionais

20 Doutor em Relações Internacionais e professor da Graduação e da Pós-Graduação lato sensu em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI / PUC-Rio) e da Graduação em Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro (ESPM-RJ). dsvj@puc-rio.br ; dvieira@espm.br

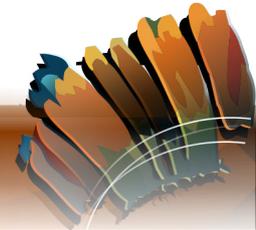
21 Doutorando em Relações Internacionais e professor da Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI / PUC-Rio). ctellez@puc-rio.br.



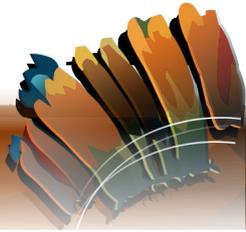
INTRODUÇÃO

A disciplina de Relações Internacionais lida com a análise de eventos, fenômenos e práticas políticas que ocorrem no cenário internacional e que são tratados como fatos do mundo real, para serem submetidos ao escrutínio analítico. De acordo com a concepção de conhecimento científico apresentada por Gary King, Robert O. Keohane e Sydney Verba (1994), o objetivo de um desenho de pesquisa bem definido é permitir que o cientista social alcance inferências descritivas ou explicativas adequadas a partir da aplicação de determinados procedimentos de investigação sobre as informações empíricas disponíveis. Dessa maneira, a disciplina tem privilegiado a tentativa de lidar com os fenômenos da política internacional de maneira precisa e realista, enfatizando a correspondência objetiva entre o representado e a representação, a partir de um pressuposto de racionalidade substantiva (Keohane, 1988). A partir da década de 1980, entretanto, os fundamentos epistemológicos, metodológicos, ontológicos e axiológicos da concepção racionalista dominante a respeito da produção e acumulação de conhecimento científico na disciplina têm sido reexaminados criticamente, no âmbito do que se conhece como Terceiro Debate (Lapid, 1989; George, 1989).

Na esteira do Terceiro Debate e partindo de uma perspectiva informada pela crítica pós-moderna e pós-estrutural, diversos autores têm procurado novas abordagens e aproximações para o estudo da política mundial, contribuindo assim para a ampliação do escopo analítico da disciplina através da incorporação de *insights* oriundos de outras categorias narrativas. Sem necessariamente entrar em conflito com as formas mais convencionais de investigação nas ciências sociais, os estudos acadêmicos sobre as relações internacionais passaram a contemplar também elementos da literatura, artes visuais, cinema, música e outras formas de expressão artística. Pode-se constatar que tais abordagens de cunho estético têm permitido um entendimento mais abrangente dos fenômenos políticos que ocorrem no âmbito internacional (Bleiker, 2001, p. 510). A contribuição dos estudos culturais à disciplina de Relações Internacionais incorpora a importância das expressões e manifestações artísticas para a criação e difusão de modos de representação do político que refletem a legitimação ou deslegitimação de certas práticas, valores e hábitos, bem como os processos de politização que acentuam determinadas vozes enquanto silenciam outras. É sensível, portanto, a relevância das abordagens estéticas para uma melhor compreensão das dinâmicas que sustentam a vida política internacional. Contudo, o estudo da estética e das artes ainda ocupa, na disciplina, um lugar secundário.



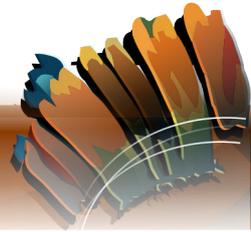
O objetivo deste artigo é examinar os fatores que levaram à marginalização do estudo da estética na área de Relações Internacionais antes da década de 2000 e as contribuições que a “virada estética” pode trazer a um novo entendimento sobre as relações internacionais contemporâneas. O argumento central indica que os empreendimentos teórico-analíticos do *mainstream* da área de Relações Internacionais foram desenvolvidos com base em uma forma mimética de representação, na qual a representação da política internacional foi tida como um processo de replicação que idealmente apagou os traços de interferência humana e haveria uma perfeita semelhança entre significante e significado. O efeito da construção desse “senso comum” foi a possibilidade da razão instrumental de coordenar e sincronizar outras formas de conhecimento, reduzindo a capacidade de localização e de exploração de outros insights sobre o fenômeno político e silenciando ou mesmo apagando o local da luta política. Em face disso, a chegada da estética nos estudos de Relações Internacionais promove mudanças na sensibilidade por meio de abstrações e de figurações e desafia a construção do “senso comum”. Nesse contexto, expressa-se uma relação estética não somente com um objeto específico, mas com a “história de seu efeito” por meio da sensibilidade e da imaginação, e se reorienta o pensamento humano: a estética gera fluxos produtivos entre sensibilidade, razão, memória e imaginação e traz *insights* alternativos que dão voz e destaque a perspectivas e atores marginalizados nas abordagens dominantes e à natureza e às conseqüências emocionais dos eventos político-sociais mundiais. Na próxima seção, examinaremos a relevância da estética no estudo das Relações Internacionais. A seguir, investigaremos os fatores que levaram à sua marginalização na área antes da década de 2000. Antes de tecermos as considerações finais, examinaremos mais especificamente algumas contribuições da “virada estética” no desenvolvimento de novos entendimentos sobre as relações internacionais contemporâneas em diversas modalidades de produção artística.



A (IN)VISIBILIDADE DA ESTÉTICA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

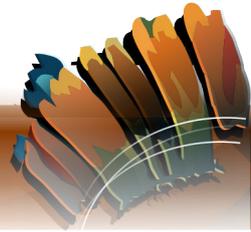
Com sua habilidade de refletir sobre dilemas políticos de maneiras inovadoras, a estética pode ser relevante para o repertório interpretativo ao oferecer, por meio da criatividade e da imaginação, *insights* alternativos sobre as Relações Internacionais e entendimentos reflexivos que tangenciam as técnicas analíticas predominantes nas ciências sociais e que permitem deslocar a atenção para perspectivas e atores excluídos nas perspectivas dominantes e para a natureza e as conseqüências emocionais dos fenômenos políticos. Nesse contexto, a própria linguagem assume um sentido mais denso: mais do que um meio de comunicação, ela é um processo no qual os indivíduos representam eles mesmos e os outros, bem como o seu entorno, no qual se manifestam valores que definem o significado cultural do mundo a partir de múltiplos pontos de vista. A partir da estética, é possível repensar fenômenos políticos concebidos como dados e não-problemáticos e identificar sua origem, natureza e implicações, engajando-se em práticas de representação de formas criativas que permitem desafiar as formas de pensamento e de representação do político e focar como elas são internalizadas em nossas mentes, hábitos e consciência coletiva (Bleiker, 2009, p.2-4, 8).

Segundo Jacques Rancière, a estética assume um significado político na medida em que interfere e interrompe a demarcação típica do senso comum daquilo que pode ser visto, dito e pensado e configura diferentes formas de percepção em relação àquelas que tipicamente aceitamos. Assim, ela viabilizara observar que conceitos com os quais estamos familiarizados nas Relações Internacionais – como ‘interesse nacional’, “equilíbrio de poder” ou “anarquia” – não são inteligíveis a partir de algum referencial objetivo, mas são, na verdade, performáticos, partes de um sistema de significados compartilhados que orientam o pensamento em direções específicas e carregam consigo julgamentos e suposições subjetivos. Torna-se possível, dessa forma, desestabilizar o senso comum e remover tais conceitos de uma zona de conforto, o que nos permite vê-los como interpretações historicamente contingentes e espaço-temporalmente constituídas em circunstâncias específicas. Todavia, muitas perspectivas analíticas como o realismo ou o liberalismo na área de Relações Internacionais procuram colocar seus argumentos e conclusões acima de qualquer contestação, dificultando a identificação do local onde tais valores criaram os problemas e os conflitos que elas buscam analisar e resolver (Bleiker, 2009, p.5-6, 9). Como sinaliza



Bartelson (2001), o próprio conceito de Estado reificado por tais abordagens exerce função constitutiva dos discursos político e científico modernos e se torna parte não-problematizada da reflexão política. Para se fortalecer como fonte de autoridade, revigoram-se os silêncios sobre as fundações do Estado e do sistema de Estados ao expor sua superfície às críticas, de forma que esse Estado é compreendido não apenas como objeto focal da pesquisa científica, mas como condicionante do conhecimento. A partir disso, tais teorias – construídas em circunstâncias históricas particulares – naturalizaram conceitos como Estado e soberania e os reificaram ao recorrer a uma suposta universalidade desses conceitos, típico fundamento de teorias que procuram “conhecer a realidade” e traduzir o conhecimento que produzem como “verdade”. Porém, de acordo com Walker (1993), o efeito de tais regimes sobre a “verdade” acabou sendo a reprodução de binômios que constituem relações hierárquicas e cristalizam formas de poder. Esse artigo explora como a estética pode permitir a problematização de tais regimes e a desestabilização das relações de poder existentes nesses discursos políticos.

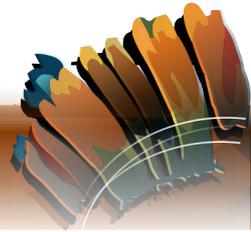
A estética desvela que o significado de conceitos como o poder ou a soberania foi fixo e estabilizado historicamente por meio das práticas discursivas de teóricos das Relações Internacionais e de líderes políticos ao tratar das variações espaço-temporais que esses conceitos assumem e desestabilizar uma conceituação única para todos os lugares e tempos. O exame do processo de criação e de recriação de práticas discursivas que legitimem tais conceitos evidencia que não há uma fundação “natural” desses fenômenos, mas um processo de criação de símbolos, valores e mitos. A reprodução de instituições como o próprio Estado soberano dá-se por meio de estratégias discursivas refinadas a fim de convencer os indivíduos, de forma que tal conceito não é estável por não possuir uma significação ontológica pré-estabelecida. São construções intersubjetivas, efeitos de práticas simbólicas e discursivas (Weber, 1995). Mais do que apenas sinalizar a forma como conceitos e perspectivas culturais particulares adquirem performativamente sua autoridade e impõem ordens de significado às custas de outras, uma consideração mais precisa da estética no estudo das Relações Internacionais elucidada que discursos de conhecimento sobre “razão” ou “verdade” não remetem a noções subjacentes ou fundacionais, mas são gerados como exercícios de controle em circunstâncias históricas específicas. O poder nesses sistemas de conhecimento constitui novos objetos discursivos e locações privilegiadas que viabilizam a expressão legítima e inteligível. A estética pode oferecer uma interpretação que capta processos contenciosos historicamente específicos, os quais garantem a permanência simbólica de conceitos a partir de práticas institucionalizadas, e desafia a autoridade do local



de enunciação dominante. Ela traz à tona incoerências e alteridades nas práticas de inteligibilidade, como, por exemplo, projetos silenciadores de múltiplas vozes numa política totalizante forjada por um sistema único de significado e a instabilidade desse processo de construção de fronteiras e hierarquias. Essas delimitações não são dadas ou estagnadas, mas artifícios flexíveis que preenchem uma ambição reguladora, de forma que o conhecimento é fruto da dinâmica interação de perspectivas em constante transformação, não de circunstâncias essencializadas nas fronteiras reificadas (Shapiro, 2004, p. XI-XVII).

A atitude interpretativa na “virada estética” não somente identifica como as práticas de poder são criadas, mas desconstrói as concepções deterministas de sociedade e evidencia quão arbitrárias são as estruturas reificadoras que marcam o pensamento. Rompe, assim, com a crença num transcendentalismo do conhecimento, que somente representa os objetos do “mundo real” de forma neutra ou desprovida de valores, que não afeta a natureza e a significação desses objetos. Obras de arte sobre fenômenos político-sociais são elaboradas a partir de escolhas e decisões subjetivas dos artistas e podem assim ser exercícios políticos. Ademais, o sentido conotativo da obra de arte indica que ela pode ser interpretada e que ela pode ser enquadrada nas práticas de conhecimento e de comunicação, ou seja, interpretar a obra é compreender as relações complexas entre ela e os seus observadores, cujas experiências prévias, valores e tradições artísticas constituirão essa interpretação. Há, assim, sempre uma tentativa de se contar uma história por meio de uma obra de arte, e essa história é contada, na perspectiva adotada neste artigo, a partir de uma posição particular politicamente informada. Indo além do conhecimento obtido a partir da razão instrumental e reificado como forma ideal de entendimento político pelo *mainstream* da área de Relações Internacionais, a arte no contexto da “virada estética” nas Relações Internacionais pode criar alertas mentais e emocionais, encorajar a reflexão sobre elementos e fenômenos antes concebidos como dados, promover o debate sobre questões antes silenciadas ou negligenciadas, desestabilizar o que se estabelece como “senso comum” e desafiar a tendência moderna de reduzir o “político” ao que é “racional”. Mais do que funcionar como instrumento de propaganda ou de manobra política no curto prazo, a arte pode definir a forma como são entendidos eventos passados e como serão enfrentados os problemas futuros (Bleiker, 2009, p.7, 11-13).

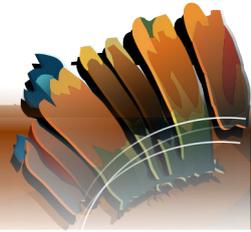
Apesar de as reflexões sobre a arte e o conceito de belo existirem, no pensamento ocidental, desde a antiguidade clássica, a estética como disciplina filosófica estabeleceu-se principalmente nos séculos XVIII e



XIX, através das obras de autores tais como Kant, Hegel e Schelling, entre outros. No contexto do desenvolvimento da estética no âmbito da filosofia, é pertinente destacar o papel desempenhado por Immanuel Kant, que investigou as ligações existentes entre o mundo natural externo e o mundo interno da autoconsciência, chamando assim a atenção para o lugar da subjetividade no exercício filosófico (Bowie, 2003, p. 1-2). O pensamento de Kant insere-se em um momento crucial da modernidade, caracterizado pela expansão do capitalismo, o estabelecimento da ideia de Estado-nação e a consolidação do sujeito individual moderno.

A obra crítica de Kant compreende três grandes momentos: a Crítica da Razão Pura (1781), a Crítica da Razão Prática (1787) e a Crítica da Faculdade do Juízo (1790). Enquanto grande parte da obra de Kant foi produzida no apogeu do classicismo europeu, um momento caracterizado pela busca do rigor formal e do equilíbrio, é pertinente notar que a terceira crítica de Kant surgiu em um momento histórico marcado por transformações significativas. No contexto da Revolução Francesa, a estabilidade e o racionalismo, característicos do período clássico, começaram a dar lugar ao *ethos* romântico do período seguinte, marcado por uma exacerbação do subjetivo e pela progressiva afirmação do nacionalismo na Europa. A relação entre o desenvolvimento do pensamento de Kant com as transformações históricas do período e a passagem do classicismo para o romantismo ultrapassa os objetivos deste artigo. Contudo, cabe observar, aqui, que tais mudanças e transformações impactaram na sensibilidade e nas percepções do sujeito europeu moderno acerca do mundo social e político. O próprio termo “estética” vem do grego, “aisthánesthai” (perceber com os sentidos), portanto é possível sugerir uma conexão entre o desenvolvimento da filosofia estética e a afirmação da subjetividade moderna (Bowie, 2003, p. 2).

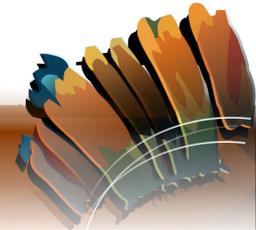
Na Crítica da Faculdade do Juízo, Kant explora como o sujeito moderno entende-se como autônomo no mundo, a partir da busca de um fundamento para a subjetividade que não parta do pressuposto de uma objetividade pré-existente do mundo natural (Bowie, 2003, p. 17). Dessa maneira, Kant investiga a relação entre a razão e os sentidos, a partir da relação estética entre o homem e a natureza, desenvolvendo assim uma analítica do juízo estético, que contempla tanto o belo quanto o sublime (entende-se, por sublime, aquilo que provoca espanto diante do grandioso ou incomensurável). Em uma obra anterior, *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*, de 1764, Kant sugere que, enquanto o belo proporciona um prazer agradável e comovente, o sublime, por sua vez, provoca prazer a partir de um sentimento de comoção profunda. Assim, o belo encanta enquanto o sublime move (Kant, 2003, p. 46-48). Em sua terceira crítica, Kant retoma esses conceitos, porém à luz



da atividade de julgar, buscando algum princípio a priori que permita caracterizar os seres humanos como sendo, ao mesmo tempo, racionais e sensíveis. Assim, ele busca conectar, a partir da faculdade apriorística do sentir (prazer ou desprazer), as faculdades cognitivas com a faculdade de desejar (Kant, 2007, p. 3-4).

A questão do sensível, além de sintetizar a filosofia crítica de Kant, também ocupa um lugar de destaque na relação entre estética e política. De acordo com Davide Panagia, a experiência estética possui um potencial político na medida em que a sensação apresenta-se como uma experiência de não-representabilidade que interrompe as maneiras convencionais de perceber e valorizar o mundo, permitindo assim a possibilidade (política) de reconfigurar as relações associativas entre os indivíduos (Panagia, 2009, p. 2-3). Panagia parte da concepção de que a política ocorre a partir da formação de uma relação de conexão ou afastamento entre elementos heterológicos. A experiência do sensível produz, portanto, as interrupções que possibilitam questionar as autoridades estabelecidas e reconfigurar a ordem política. Dessa forma, Panagia postula que o primeiro ato político é um ato estético, a partir da ideia de que a sensação é uma interrupção do sentido.

A partir dos desenvolvimentos teóricos iniciados por Kant, autores como Davide Panagia (2009) e Jacques Rancière (2005) e têm explorado a relação entre estética e política através da afirmação da ideia de que o político tem lugar na apreensão, na interrupção das percepções e no compartilhamento da experiência comum do sensível. O pensamento estético proporciona, portanto, uma nova perspectiva para teorizar acerca do político. É nesse sentido que Rancière identifica, na partilha do sensível, uma estética primeira que conforma a subjetividade política a partir da fixação, a um só tempo, do que é partilhado e do que é disputado (Rancière, 2005, p. 15-16). Para Rancière, a política encontra seu fundamento no dissenso (Rancière, 1996), isto é, a comunidade política apresenta-se, ao mesmo tempo, como o espaço da igualdade e como o lugar de encontro das percepções individuais discordantes. A possibilidade de agir politicamente, portanto, depende do nosso posicionamento diante dos regimes de percepção que conformam os limites do nosso juízo ético e estético.

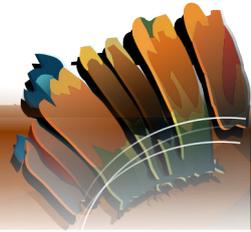


A MIMESE E A POÉTICA DO SILÊNCIO: A MARGINALIZAÇÃO DA ARTE E DA ESTÉTICA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A maior parte dos estudos das correntes teóricas dominantes na área de Relações Internacionais baseou-se na definição de leis assentadas nas regularidades observadas de eventos e à menor importância atribuída à especulação metafísica. Ao longo da segunda metade do século XX, a explicação causal veio cada vez mais a ser entendida como a busca de regularidades ou generalizações falseáveis²², preditivas e baseadas na observação. Tais suposições ofereceram principalmente um guia sistemático para os behavioristas no segundo grande debate da área de Teoria de Relações Internacionais com os realistas tradicionais nas décadas de 1950 e 1960²³. Na visão daqueles autores, a análise causal no estudo das Relações Internacionais tornou-se equacionada à busca de associações entre modelos de comportamento observável. Atualmente, a perspectiva adotada por grande parte da corrente dominante racionalista da área continua sendo informada por tais suposições, mesmo que não as defenda na forma tão intensa como os behavioristas (Kurki, 2006, p.191-196).

22 O conceito de falseamento ganha análise substantiva, nos debates das ciências sociais, com Popper (1978). O autor compartilha com os filósofos empiristas a valorização da observação, mas prescreve métodos distintos, de modo que seu conceito não deve ser livremente associado ao positivismo lógico, melhor definido adiante. Como lembram Alves-Mazzotti & Gewandsznajder (1998, p.1-10), Popper aceita a conclusão de Hume de que, a partir da observação, não podemos verificar verdade; porém, a observação e a lógica podem ser usadas para refutar esses enunciados gerais.

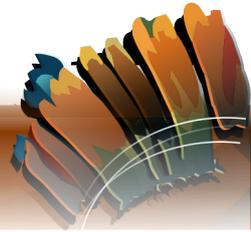
23 O behaviorismo acreditava que era possível haver ciência cumulativa de Relações Internacionais parcimoniosa, precisa, sofisticada e com poderes explicativos e de previsão maiores. Defendendo a unidade metodológica da ciência, tal vertente no segundo debate acreditava que a base da ciência social não é diferente da ciência natural e que métodos analíticos poderiam ser aplicados a ambas. O estudo científico do comportamento político requeria projetos de pesquisa rigorosos, métodos de análise precisos, instrumentos de análise confiáveis e critérios de validação adequados. Já o realismo tradicional buscava desenvolver uma teorização com base na filosofia, na história e no direito, caracterizada pela confiança explícita no exercício do julgamento e pela suposição de que, se nos limitarmos a padrões explícitos de verificação, pouco pode ser dito sobre as Relações Internacionais. As proposições gerais sobre o assunto deveriam, na sua visão, originar-se em um processo cientificamente imperfeito de percepção e intuição (Kahler, 1997; Jackson & Sorensen, 2007).



Muitas dessas abordagens da corrente dominante nas Relações Internacionais – embora longe de constituir um bloco homogêneo – foram classificadas por teóricos como Neufeld (1995) como “positivistas”. Na visão desse autor, o “positivismo” está associado à busca da verdade como correspondência, à unidade metodológica da ciência e à natureza livre de valores do conhecimento científico²⁴. As suposições básicas do “positivismo” apontam, segundo Neufeld (1995), para a separação de sujeito e objeto do conhecimento, o naturalismo e a separação de fato e valor. Essa perspectiva embasaria a maior parte das abordagens racionalistas dominantes nas Relações Internacionais, que concebem que os interesses dos atores políticos são dados e logicamente anteriores a quaisquer crenças mantidas e assumem que tais atores são auto-interessados e maximizam sua utilidade (Neufeld, 1995). Tal uso do termo “positivismo” é, contudo, resultado de uma extensão indevida de sentido da filosofia criada por Augusto Comte, cujo conteúdo não se sobrepõe a um empirismo grosseiro que nega a importância de arcabouços teóricos na prática científica²⁵ nem é sinônimo de naturalismo ou quantitativismo. Além de conjecturar uma suposta homogeneidade entre empreendimentos teóricos diversos numa única categoria e simplificar a definição de toda uma filosofia, esse entendimento descaracteriza as idéias comtianas sobre o positivismo e marginaliza o entendimento do positivismo como uma teoria do conhecimento na qual tal conhecimento disponível à humanidade é o da ciência baseada na observação. Ele se aproxima mais da noção do positivismo como uma teoria do significado, que reúne as metodologias fenomenológicas e lógicas. O significado de determinada proposição consistiria no próprio método de verificação, sendo essa uma das definições possíveis do termo “positivismo” apresentadas por Halfpenny (1982). Aproxima-se, assim, muito mais do “positivismo lógico”, que difere do comtiano por demonstrar sua maior afinidade à correspondência empírica das afirmações e a maior aplicação da lógica (Halfpenny, 1982). Ainda assim, essa concepção reducionista de positivismo foi aceita acriticamente por correntes teóricas dominantes das

24 Nas Ciências Sociais, foram feitas considerações semelhantes por Giddens (1998, p.173-182). O autor destaca que o positivismo baseia-se na dualidade entre fato e valor, de forma que o conhecimento empírico é tratado como logicamente distinto de objetivos morais ou padrões éticos (Giddens, 1998, p.169-170). Além disso, Giddens sinaliza como característica fundamental do positivismo a noção de “unidade da ciência”, num momento em que, segundo o autor, as ciências naturais e as sociais teriam uma lógica comum e operariam em bases metodológicas semelhantes (Giddens, 1998, p. 168-170).

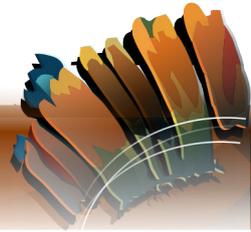
25 Nos debates nas Ciências Sociais, Habermas (1982, p.89-91) coloca que o conhecimento é definido a partir das realizações da ciência, de forma que o conhecimento possível aparece como uma inquirição metodológica das regras da criação e da elaboração de teorias científicas. Assim, na visão do autor, o positivismo põe um fim a uma teoria de conhecimento e a substitui por uma “teoria das ciências” (Habermas, 1982, p.89).



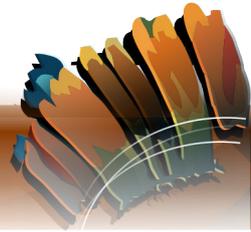
Relações Internacionais – em particular por teóricos racionalistas como Martin & Simmons (1998) – e ofereceu as bases filosóficas e teórico-metodológicas para diversos empreendimentos racionalistas na área.

Esses empreendimentos foram, na visão de Bleiker (2009, p.20-23, 28), conduzidos por uma forma mimética de representação, na qual a representação da política internacional é concebida como um processo de replicação que idealmente apaga os traços de interferência humana e há uma perfeita semelhança entre significante e significado, de forma ao produto original se assemelhar demais ao original. Teorias como o realismo e o liberalismo fizeram da “realidade” seu objeto de desejo e de estudo e assumiram que ele se mantém inalterado independentemente da forma como é percebido por formas racionais ou sensitivas. Constroem, assim, o “senso comum”, sobrepondo pensamento e conhecimento e supondo que o conhecimento é baseado no reconhecimento das aparições externas. O efeito disso é a oferta, aos insights vindos da razão, do poder de coordenar e sincronizar outras formas de conhecimento, limitando a capacidade de localização e de exploração de outros insights sobre o fenômeno político. A razão instrumental é elevada a um status superior a outras faculdades, e lhe foi conferido o poder de ordenar as demais, silenciando ou mesmo apagando o local da luta política – o domínio da multiplicidade de representações – da nossa perspectiva. O que a estética propõe de forma alternativa é a idéia de que o esforço de entendimento de um fenômeno não pode ser reduzido ao evento propriamente dito, aceitando-se a inevitabilidade da lacuna entre a forma de representação e o objeto que ela busca representar e vendo nela o local da política. A estética traz interações produtivas, de forma que *insights* não são mais sobrepostos a reconhecimento, mas vistos como um processo que vai da sensibilidade ao pensamento e que desestabiliza o congelamento do pensamento e da imaginação com a multiplicação dos diversos significados.

Tendo a concepção de que a representação é sempre um ato de poder e de que ela pode mascarar suas origens e valores, é possível perceber como teorias como o realismo tolheram os elementos subjetivos na representação de seu objeto, suprimiram a qualidade estética da política e transformaram uma interpretação historicamente contingente e motivada politicamente numa forma de representação aceita como “realística”, objetiva e supostamente “essencial”. A visão política não mais aparece como metáfora, e os valores contrários à pluralidade de interpretações – vistos em abordagens como o realismo – definiram a percepção sobre os limites entre o racional e o irracional, trazendo a sensação de “estabilidade” e “conforto” na ilusão de que sua represen-



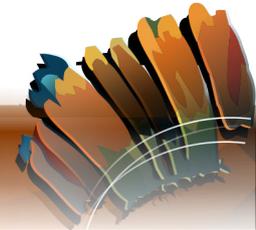
tação capturou seu objeto “como ele realmente é”. Assim, tais abordagens não conseguem reconhecer sua estética, e a mimese contém poucos elementos que permitam uma autorreflexão. A ciência não aparece, dessa forma, apresentada como uma forma de interpretação, e se fecha ou se ignora a lacuna entre uma representação e aquilo que é representado, reafirmando valores centrais e propósitos em relações de poder (Bleiker, 2009, p.24, 28). Assim, o realismo, por exemplo, reificou um entendimento da política internacional em que os Estados, concebidos como unidades fundamentais de organização política, são dotados de autonomia relativa quanto a suas sociedades para perseguir racionalmente interesses nacionais, bem como de unidade e capacidade de ação coerente na resposta às pressões sistêmicas. Com ênfase no contexto da ação, realistas estruturais como Waltz (1979) enfatizam que, diante da falta de autoridade central no sistema anárquico, a característica fundamental do comportamento das unidades é a auto-ajuda, sendo que tais unidades funcionalmente semelhantes diferem na distribuição de capacidades. Elas agem com base no equilíbrio de poder, procurando tomar ações que impeçam o crescimento de poder dos adversários e adotando uma política de equilíbrio sistemicamente induzida, que pode reduzir a violência, mas não eliminar totalmente a incidência de guerra. As transformações no comportamento desses atores e seus resultados sistêmicos são examinados a partir da mudança na distribuição de capacidades, podendo-se assim explicar padrões de comportamento estatais. As unidades determinam estratégias a partir de cálculos de suas posições no sistema. Com base na suposição da racionalidade, é possível antever que os estadistas responderão às restrições impostas pela anarquia (Grieco, 1997, p. 165-177). Todavia, ao promoverem a segmentação entre as relações internacionais e o contexto em que se desenvolvem, abordagens como o realismo postulam generalizações sobre uma lógica supostamente uniforme da ordem internacional, e sua abstração com relação aos desenvolvimentos espaço-temporais específicos impede a consideração de dinâmicas contingentes. Produzindo um regime sobre a “verdade” e invocando a universalidade da ordem política internacional baseada na soberania a fim de cristalizar a separação entre os níveis doméstico e internacional, os realistas, por exemplo, legitimam a inevitabilidade das relações internacionais como zona de conflito (Lebow, 2007, p.415-435). O Estado é compreendido como fato bruto e inteligível por sua existência como parte irreduzível da realidade internacional, e se busca confirmar suposições sobre a essência desse Estado com base numa autoridade supostamente primordial ou fundacional, que torna uma realidade política supostamente dada acessível ao conhecimento (Bartelson, 1998, p.298-302).



Grande parte das abordagens do *mainstream* como as realistas, por exemplo, aponta predominantemente para a pura racionalização de ações estatais conduzidas com base em interesses materiais não-problematizados num vácuo identitário e ideacional ou, no máximo, apropriam-se de elementos culturais – como a própria arte –, relegando-os à condição de legitimadores de interesses pré-existentes ou dados de grupos dominantes auto-interessados. Os realistas postulam generalizações sobre uma “política de poder” uniforme (Jahn, 2000, p.7-19), e sua abstração com relação aos desenvolvimentos espaço-temporais específicos na constituição dos Estados e do sistema internacional obstrui o exame de dinâmicas historicamente contingentes e variáveis de estigmatização da diferença. Como aponta Bleiker (2009, p.26-28), a tentativa de Waltz de se distanciar de uma simples “imitação” da realidade desemboca num processo científico de abstração que isola algumas características do sistema internacional e produz generalizações sobre ele numa obsessão por dedução, categorização e legitimidade científica. Além do realismo, até mesmo abordagens construtivistas moderadas como a de Wendt (1992, 1999) utilizam instrumentos analíticos que estão circunscritos aos princípios miméticos. Porém, a estética permite desestabilizar a tentativa de se criar uma representação realística que dê a ilusão de que a realidade é a própria representação. Ela engaja e captura as “realidades” exteriores e as relações humanas com o objeto, oferecendo uma interpretação que é distinta da realidade propriamente dita e permitindo superar o estreitamento do escopo das pesquisas sobre política internacional e mundial e os instrumentos para buscá-las (Bleiker, 2009, p.26-28).

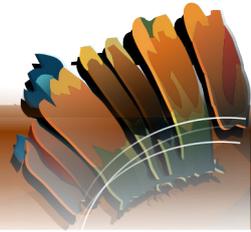
A BELEZA IMPERFEITA: IMAGINAÇÃO E SENSIBILIDADE NO ESTUDO DAS ARTES E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A estética promove mudanças na sensibilidade por meio de abstrações e de figurações e desafia a construção do senso comum, um ato último de poder político que ofereceu à razão instrumental o poder de sincronizar sentidos e se estabelecer no topo de uma hierarquia de interpretação da política mundial. Nesse contexto, a arte expressa uma relação estética não somente com um objeto específico, mas com a “história de seu efeito” por meio da sensibilidade e da imaginação, e reorienta o pensamento humano de uma forma que o processo mimético de reconhecimento não consegue: ela gera fluxos produtivos entre sensibilidade, razão, memória e imaginação. Assim, em



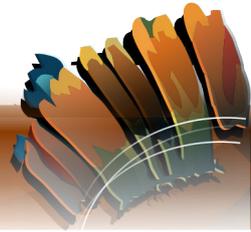
vez de simplesmente representar uma alternativa à razão instrumental, a estética viabiliza o desenvolvimento de relações não-coercitivas entre as diferentes faculdades humanas. Ademais, seu valor político está ligado ao desafio de sua própria internacionalização, tendo em vista que aponta para insights culturais diversos que foram marginalizados em face da obsessão da área de Relações Internacionais com a perspectiva ocidental (Bleiker, 2009, p.29, 45-46). A abordagem crítica de Darby (1998), por exemplo, supera a marginalização da cultura e a despersonalização da área de Relações Internacionais a partir do questionamento de sua limitação ao formalmente político. A ênfase da literatura na dimensão pessoal e a relevância da narrativa ficcional no engajamento cultural entre o local, o civilizacional e o global podem, na sua visão, encorajar novos corpos de conhecimento que transcendam a rigidez das linhas de demarcação e problematizar os pressupostos mecanicistas da teorização dominante nas Relações Internacionais, que concede privilégios ao centro e subestima a agência de povos subordinados. Ao apontar que a literatura ficcional sobre os encontros entre colonizador e colonizado envolvem a ambivalência de ambos e que podem existir momentos de cumplicidade com a diferença localizada dentro e fora, a orientação pessoal e cultural da literatura desestabiliza segmentações internas e externas que reificam hierarquias e viabiliza a contínua redefinição do entendimento do político. Tendo em vista que a política adquire seu sentido a partir da cultura, a obra artística torna-se um repositório desse entendimento e, numa perspectiva inclusiva das múltiplas facetas da vida humana, contextualiza à vida cotidiana a política, em vez de concebê-la como uma esfera autônoma de ação e pensamento. As experiências dos indivíduos são contadas ao longo das do seu grupo, e, como os sistemas de troca são mediados pela experiência vivida, o mundo exterior – por exemplo, a dimensão da interação internacional – é concebido em relação ao interior sociocultural, pessoal e subjetivo, que abarca formas de comportamento e emoções. A personalização das questões direciona a atenção para condições mutáveis que estabelecem padrões de interação social, e a literatura viabiliza a integração entre o moral e o político, promovendo a reavaliação de sensibilidades e valores. A sensibilidade moral pode estimular a reconfiguração do pensamento, dirigindo-se o foco do Estado para a subjetividade da experiência vivida por indivíduos situados em contextos de intercâmbio cultural e de negociação com a diferença, os quais se relacionam a aspectos das relações intersociais e da política internacional, e, com isso, a questões morais integradas à política (Darby, 1998, p.9-19, 39-42).

Porém, as possibilidades transformadoras do estudo da literatura e das demais artes nas Relações Internacionais vão além das sinalizadas por Darby (1998). A elaboração de narrativas e contranarrativas



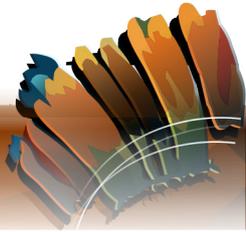
em seus diversos gêneros pode trazer à tona a dinâmica de definição espaço-temporal da cultura nacional, inserida num embate entre projetos de construção e consolidação “nacional” do Estado e seus modos de resistência. Segundo Shapiro (2004), romances e peças teatrais visaram a mapear o território estatal e reificar narrativas de exclusão de grupos em orientações étnico-raciais e de gênero, ao passo que obras literárias alternativas denunciaram práticas violentas de homogeneização cultural inseridas no projeto biopolítico dos Estados. Enquanto músicas como a de Irving Berlin apontam para um espaço nacional idealmente indiferenciado, a absorção de gêneros musicais dominantes por gêneros como o blues, o jazz e o hip-hop funciona como resistência a tendências homogeneizantes. Como modos de ação simbólica que transformam territórios em “paisagens” dotadas de enquadramento e elementos narrativos definidos, artes visuais auxiliaram projetos políticos de identificação nacional – como na celebração pictórica do imperialismo cultural e da apropriação de terras indígenas –, enquanto produções locais reforçavam a participação de nativos nas discussões sobre identidade nacional. Por meio da reprodução de símbolos e mitos fundacionais, o cinema difundiu representações de coesão nacional – por exemplo, filmes de faroeste mitificavam a Euro-América e enfatizavam a “domesticação” do nativo –, mas, conforme se tornam gradualmente críticos, diversos filmes desafiam as práticas biopolíticas de identificação promovidas pelo Estado-nação, reforçando a presença de elementos que questionam a idéia de nação culturalmente unificada. Atualmente, a mídia e a indústria do entretenimento desenvolvem produções que visam a garantir a coesão necessária ao enfrentamento de novas ameaças e revigorar o patriotismo (Shapiro, 2004).

A relação entre estética e política, em uma perspectiva mais teórica que contribui para o tratamento de diversos temas pertinentes para a disciplina de Relações Internacionais, também tem sido explorada por Costas Constantinou. Em um artigo publicado em 2006, Constantinou baseia-se em uma análise da estética do Helenismo para investigar a politização do conceito de belo e sua relação com a ideia de nacionalidade. No Helenismo, segundo Constantinou, o belo funciona como um mediador ontológico entre o real e o ideal, com implicações para diversos projetos políticos na modernidade (Constantinou, 2006). Já em seu livro *States of Political Discourse*, no quarto capítulo Constantinou realiza uma exploração literária do tema da segurança, chamando a atenção para formas de resistência a determinados regimes dominantes de representação. Dessa maneira, o autor realiza uma exploração poética de diversas narrativas e termina por elucidar a segurança como internarracional, na mediação entre a rivalidade das metáforas de segurança oficiais e subalternas (Constantinou, 2004, p. 85).



Ao lado da literatura, o cinema também tem fornecido diversos *insight* para pensar a política internacional. Em um artigo de 2006, Shapiro baseia-se na analítica do sublime de Kant e na política da estética de Rancière para realizar uma leitura do filme *Dirty Pretty Things*, de Stephen Frears. As implicações éticas da análise de Shapiro permitem repensar o espaço da política no sentido de reconfigurá-lo para tornar o reconhecimento ético mais abrangente (Shapiro, 2006). Esse artigo também foi publicado no livro *Cinematic Geopolitics* (2009), no qual Shapiro explora, em diversos textos, a relação entre cinema e filosofia, a partir de autores tais como Gilles Deleuze e Jacques Rancière, para analisar a estética geopolítica da contemporaneidade, caracterizando a produção cinematográfica e os festivais de cinema como espaços de resistência política (Shapiro, 2009).

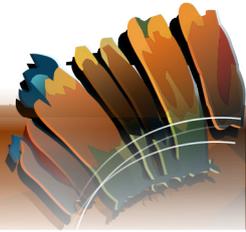
Enquanto o cinema e a literatura têm sido mais explorados, as artes visuais e a música têm recebido menos atenção por parte da disciplina. Sylvester oferece, contudo, em um artigo publicado em uma edição especial da revista *Millennium* dedicada à “virada estética” na disciplina de Relações Internacionais, uma caracterização de diversas perspectivas teóricas em Relações Internacionais como sendo orientadas para proporcionar representações abstratas do internacional. Para realizar a sua análise, Sylvester parte da interpretação dos entendimentos de autores tais como Waltz e Wendt sobre a anarquia a partir de obras abstratas de artistas tais como Cy Twombly, Jackson Pollock e Louise Bourgeois (Sylvester, 2001). No que diz respeito à música, um livro de 2005 editado por Marianne Franklin aborda o tema da relação entre música, cultura e política nas relações internacionais (Franklin, 2005). Os capítulos que compõem o livro colocam sob escrutínio crítico, a partir de uma perspectiva estética, as abordagens teóricas tradicionais da disciplina de Relações Internacionais, permitindo dessa forma repensar diversos aspectos da política internacional a partir da interseção entre a música, a cultura e a política. Ao invés de manter o foco somente nos elementos textuais da música, o livro editado por Franklin incorpora à análise elementos característicos da própria linguagem musical, tais como a harmonia, o contraponto, a dissonância e o ritmo, entre outros. Assim, apesar da literatura ocupar, ainda, um lugar de destaque nas reflexões estéticas em Relações Internacionais, observamos que outras artes, tais como a pintura e a música, vêm ganhando mais espaço nas discussões teóricas disciplinares.



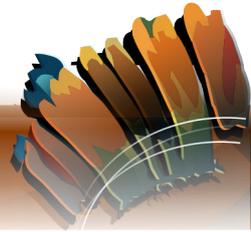
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o lugar da sensação na vida política, Panagia atenta para o potencial político presente na experiência estética e observa que a estética está na origem de toda possibilidade de ação política, a partir do momento em que a sensação provoca interrupções no senso comum (Panagia, 2009, p. 2). Panagia abre o horizonte da análise teórica para a política da sensação, que incorpora as impressões sensíveis provocadas por diversas manifestações artísticas. Dessa forma, a arte, mais do que compreender expressões culturais de várias naturezas, também evidencia-se como elemento constitutivo da própria vida política. A partir da identificação de formas poéticas de representação através de conceitos tais como metáfora, mimese, o belo e o sublime, é possível, portanto, investigar o desenvolvimento de imagens do pensamento político, que não apenas exprimem posicionamentos e argumentos, mas também emitem impressões e exprimem interseções entre concepções estéticas e morais acerca de valores (Panagia, 2006, p. 2-5). Pensar a política, nesse sentido, envolve a conciliação analítica de considerações tanto éticas quanto estéticas.

Nosso objetivo com este trabalho foi elucidar o lugar que a “virada estética” ocupa nas reflexões teóricas sobre o internacional. Assim, examinamos os fatores e razões que conduziram ao posicionamento da estética em um lugar marginal na disciplina antes da década de 2000 e discutimos como o estudo da estética pode contribuir para fornecer diversos insights sobre as relações internacionais na contemporaneidade. Diante desse propósito, avançamos o argumento de que o mainstream na disciplina de Relações Internacionais baseia-se em formas miméticas de representação que, a partir de um pressuposto de racionalidade substantiva, produzem e reproduzem o entendimento comum de que existe uma correspondência objetiva entre o representado e a representação, permitindo assim a produção e a acumulação de conhecimento científico. Uma implicação dessa postura é o silenciamento de possibilidades de luta e resistência política, em prol da afirmação de uma razão instrumental. Ao resgatar o lugar da estética nas reflexões disciplinares, chamamos a atenção para a possibilidade de desafiar a construção desse senso comum, produzindo assim uma reorientação do pensamento que permite reincorporar as perspectivas de atores que encontram-se marginalizados nas práticas da política internacional e silenciados nos discursos analíticos sobre a vida internacional. Para ilustrar nosso ponto de vista, além de examinarmos a relevância da estética para o estudo das Relações Internacionais, apresentamos também algumas contribuições da “virada estética” para o desenvolvimento teórico-analítico disciplinar.



Entre as implicações de nossa análise, pode-se destacar um redimensionamento dos fundamentos epistemológicos e metodológicos da disciplina de Relações Internacionais, de modo a incorporar insights proporcionados pelo estudo da estética para a produção de conhecimento sobre a política mundial. Ao mesmo tempo, o posicionamento ontológico e axiológico das concepções racionalistas dominantes é colocado sob perspectiva crítica, permitindo assim uma reflexão substantiva que abre a possibilidade de dar voz a atores que compartilham de outras visões de mundo e que se posicionam em outros lugares do espectro normativo que orienta as ações políticas no ambiente internacional. Através da incorporação do estudo da estética e de diversas expressões e manifestações artísticas, portanto, é possível realizar uma análise crítica da própria situação da disciplina de Relações Internacionais na contemporaneidade.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES-MAZZOTTI, A.J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**. São Paulo: Pioneira, 1998.

BARTELSON, J. **The critique of the state**. Cambridge; Nova York: Cambridge University Press, 2001.

BLEIKER, R. The Aesthetic Turn in International Political Theory. **Millennium**, v. 30, n. 3, p. 509-533, 2001.

BLEIKER, R. **Aesthetics and World Politics**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009.

BOWIE, A. **Aesthetics and subjectivity: from Kant to Nietzsche**. New York: Manchester University Press, 2003.

CONSTANTINOU, C. M. **States of Political Discourse: Words, Regimes, Seditious**. London and New York: Routledge, 2004.

CONSTANTINOU, C. M. The Beautiful Nation: Reflections on the Aesthetics of Hellenism. **Alternatives**, v. 31, p. 53-75.

DARBY, P. **The fiction of imperialism: reading between international relations and postcolonialism**. Londres; Washington, D.C.: Cassell, 1998.

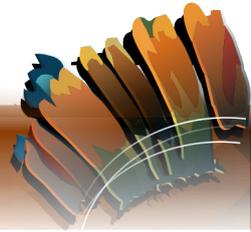
FRANKLIN, M. I. (Ed.). **Resounding International Relations: On Music, Culture, and Politics**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

GEORGE, J. **International Relations and the Search for Thinking Space: Another View of the Third Debate**. *International Studies Quarterly*, v. 33, n. 3, p. 269-279, 1989.

GIDDENS, A. Comte, Popper e o positivismo. In: _____. **Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo: Unesp, 1998, p. 169-239.

GRIECO, J. Realist International Theory and the Study of World Politics. In : DOYLE, M. W.; IKENBERRY, G. J. (Ed.). **New Thinking in International Relations Theory**. Boulder: Westview, 1997.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse: com um novo posfácio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.



____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HALFPENNY, P. **Positivism and Sociology: explaining social life**. Londres: G. Allen & Unwin, 1982.

JACKSON, R.; SORENSEN, G. **Introdução às relações internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

JAHN, B. **The cultural construction of international relations: the invention of the state of nature**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire, Nova York: Palgrave, 2000.

KAHLER, M. Inventing International Relations: International Relations Theory after 1945. In: DOYLE, M.W.; IKENBERRY, G.J. (Ed). **New thinking in International Relations Theory**. Boulder, CO: Westview Press, 1997. p.20-53.

KANT, I. **Observations on the Feeling of the Beautiful and Sublime**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2003.

KANT, I. **Critique of Judgement**. New York: Oxford University Press, 2007.

KEOHANE, R. International Institutions: Two Approaches. **International Studies Quarterly**, v. 32, n. 4, p. 379-396, 1988.

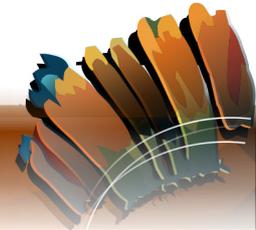
KING, G. et al. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

KURKI, M. Causes of a divided discipline: rethinking the concept of cause in International Relations theory. **Review of International Studies**, v.32, p.189-216, 2006.

LAPID, Y. The Third Debate: **On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era**. **International Studies Quarterly**, v. 33, n. 3, p. 235-254, 1989.

LEBOW, R. N. **Coercion, Cooperation and Ethics in International Relations**. Nova York: Routledge, 2007.

MARTIN, L.L., SIMMONS, B.A. Theories and Empirical Studies of International Institutions. **International Organization**, v.52, n.4, p.729-757, 1998.



NEUFELD, M. **The restructuring of International Relations Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

PANAGIA, D. **The Poetics of Political Thinking**. Durham and London: Duke University Press, 2006.

PANAGIA, D. **The Political Life of Sensation**. Durham and London: Duke University Press, 2009.

POPPER, K. **Conjecturas e refutações**. Brasília: Editora UnB, 1978.

RANCIÈRE, J. **O Desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2005.

SHAPIRO, M. **Methods and nations: cultural governance and the indigenous subject**. Nova York: Routledge, 2004.

SHAPIRO, M. J. The Sublime Today: Re-partitioning the Global Sensible. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 34, n. 3, p. 657-681, 2006.

SHAPIRO, M. J. **Cinematic Geopolitics**. London and New York: Routledge, 2009.

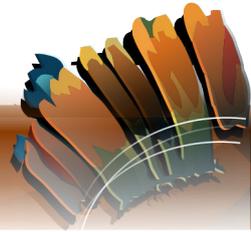
SYLVESTER, C. Art, Abstraction, and International Relations. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 30, n. 3, p. 535-554, 2001.

WALKER, R.B.J. **Inside/Outside: International Relations as political theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

__. The doubled outsides of the Modern International. **5th International Conference on Diversity in Organizations, Communities and Nations**. C.a.N. Fifth International Conference on Diversity in Organizations. Beijing, 2005.

WALTZ, K.N. **Theory of international politics**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1979.

WEBER, C. **Simulating Sovereignty: Intervention, the state and symbolic exchange**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.



WENDT, A. Anarchy is what states make of it. **International Organization**, v.46, n.2, p.391-425, 1992.

_____. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.